



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### **REQUERIMENTO Nº                      , DE 2007.** **(Autora: Deputada Alice Portugal)**

***Requer a realização de audiência pública destinada a discutir a participação de funcionários de fundações ligadas a universidades públicas em suspeitas de fraudes em concursos públicos e exames da OAB.***

Senhor Presidente,

Nos últimos tempos temos sido surpreendidos com uma avalanche de notícias que dão conta de constantes suspeições que pairam sobre concursos públicos agendados, que são suspensos sob a alegação de houve vazamentos do teor das provas e outras denúncias de fraudes.

O último cancelamento noticiado foi do esperado concurso para a Polícia Rodoviária Federal. A prova da OAB do estado de São Paulo e do concurso para cargos de técnico e analista judiciários do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro também foram suspensas pelos mesmos motivos. Exames da OAB de Goiás e do Distrito Federal estão sendo investigados pela Polícia Federal em função de denúncias de fraudes que envolvem até mesmo conselheiros da entidade.

O fato comum que une todos esses concursos é a responsabilidade de fundações mantidas por universidades públicas na elaboração e na aplicação das provas suspensas e dos exames investigados.

As provas do concurso da Polícia Rodoviária Federal e do concurso do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro foram elaboradas e seriam aplicadas pelo Núcleo de



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Computação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - NCE/UFRJ. As provas da primeira fase do exame da OAB/SP foram elaboradas e seriam aplicadas pela Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista – Vunesp.

Em Brasília, a prova de seleção para a residência médica nos hospitais da Fundação Hospitalar do Distrito Federal estão sendo questionadas na Justiça sob a alegação de que elas teriam beneficiados alunos da Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde – Fepecs, mantida pelo governo local.

A Polícia Civil do Distrito Federal afirma ter provas de que pelo menos 12 concursos realizados pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – Cespe, mantido pela Universidade de Brasília, foram fraudados nos últimos nove anos, entre eles o exame da OAB/GO e o concurso para Agente Penitenciário do Distrito Federal.

Independente do fato de haver investigações em curso para apurar as denúncias de fraudes e punir os eventuais culpados, cabe a esta egrégia Comissão de Educação e Cultura debater esta sequência de ocorrências e analisar o objeto da competência das fundações apenas à instituições federais de ensino superior e outras na aplicação, controle e segurança na administração de concursos.

O instituto do concurso público é muito caro para o Estado nacional, assim como a confiabilidade das nossas instituições universitárias. Por esta razão, requeiro a Vossa Excelência, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública destinada a discutir as suspeitas de fraudes que envolvem funcionários de fundações ligadas a instituições públicas de ensino superior e que têm ocasionado a suspensão de concursos públicos e exames da OAB e a investigação de outros já realizados.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Requeiro ainda que sejam convidados para participar desta audiência pública as seguintes autoridades:

1. Dr. Ronaldo Mota, Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação;
2. Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;
3. Prof. Arquimedes Diógenes Ciloni, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES;
4. Dr. Cezar Britto Aragão, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
5. Ministro Walton Alencar, Presidente do Tribunal de Contas da União.

Sala da Comissão, em                    de                    de 2007.

**Alice Portugal**  
Deputada Federal